

“CABEÇA CHATA, TESTA DE MACACO”: CONEXÕES ENTRE MIGRANTES E ESCRAVOS FUJÕES, DESDE O CEARÁ AOS PORTAIS DA AMAZÔNIA (1877-1880)

EDSON LIMA BARBOZA*

INTRODUÇÃO: CRIOLIZAÇÃO NA PERIFERIA NORTE DO IMPÉRIO

Os estudos recentes sobre o declínio do escravismo no Brasil e nas Províncias Norte do Império vêm considerando o papel do tráfico interno. Não obstante, dá-se mais atenção às conjunturas políticas e econômicas, analisando as redes do tráfico em si e os interesses de traficantes, senhores e elites letradas. Dos traficados, suas experiências e expectativas temos menos dados. Para o debate, merecem destaque os trabalhos de Chalhoub,¹ que aponta a participação de negros nas lutas pela conquista da alforria e as projeções que tinham sobre a ideia de liberdade; e de Flávio Gomes,² que articula a fronteira Norte como campo de refúgio para negros e criminosos durante a Colônia e o Império. Constituindo referências iniciais para as reflexões que levantaremos no decorrer do artigo sobre a atuação de negros que resistiam ao comércio interno de escravos e remavam contra a corrente do tráfico-interprovincial.

Mais rarefeita ainda é a reflexão sobre as conexões que estes escravos em fuga estabeleceram com outros setores da sociedade. Quadro que é agravado

pelo senso comum criado em torno da visão de que a abolição precoce do Ceará, em 1884, foi fruto da benesse de elites locais.

Porém, encontramos na barreira que se interpôs sob a ação de sujeitos comuns uma fenda aberta durante as migrações após a grande seca de 1877. Pretendemos contribuir para o debate ao indicar a associação ocorrida entre camponeses e trabalhadores urbanos pobres e escravos, que tinham em comum a condição de despossuídos e encontraram nela os caminhos para a transgressão. Veremos a importância da fronteira Norte do Império em suas trajetórias, que o abolicionismo e o combate ao escravismo têm alicerces nas ações *dos de baixo* e que os migrantes não possuíam uma máscara tão branca quanto a que lhes foi atribuída.

Não consideramos a migração um comportamento neutro, em que sujeitos errantes comportar-se-iam como fantoches das forças de repulsão e atração, geralmente identificadas por determinações econômicas nos polos de partida e chegada. Apesar de não ignorar as tensões econômicas e políticas, levantamos a necessidade de dar visibilidade às ações de agentes envolvidos diretamente nos deslocamentos: os migrantes, que mesmo com limitações, exerciam seu poder de decisão, ao escolher destinos e nas formas de interação com outras coletividades e culturas.

Desta forma, para falar de experiências de migração, temos que estudar o “fazer-se migrante”, avaliando o horizonte de possibilidades que estava colocado à sua frente. Daí a importância de analisar as rotas que seguiram e as conexões que estabeleceram em sua trajetória. Por ora, apresentamos elementos para refletir sobre a migração de trabalhadores rurais, urbanos e escravos de origem africana, que deixaram o Ceará em direção às Províncias do Maranhão e Pará, passagens e portais de acesso à Amazônia. Movimento entre Províncias que estavam à margem da economia e política imperial. Se as Províncias do Centro-Sul já centralizavam o poder graças à sua proximidade com a corte, o protagonismo no Norte estava nas mãos dos fazendeiros do Norte açucareiro de Pernambuco e Bahia. Assim, Ceará, Maranhão e Pará estavam nas fronteiras da periferia do poder imperial. Este é o campo em que circularam milhares de trabalhadores nos últimos anos da década de 1870. Buscamos apresentar formas de identificá-los, partindo de associações que encontramos entre

migrantes e escravos, no intuito de contribuir para o debate sobre o declínio do escravismo e a formação dos mundos do trabalho nas Províncias do Norte.

As Províncias estudadas estão situadas naquilo que Édouard Glissant nomeou de *Neo-América*, que abrangeria “o Caribe, o Nordeste do Brasil, as Guianas e Curaçao, o Sul dos Estados- Unidos, a costa caribenha da Venezuela e da Colômbia, e uma grande parte da América Central e do México”. Locais onde, do ponto de vista do povoamento, “é a África que prevalece”.³

Na *Neo-américa*, a medição cultural predominante foi a *crioulização*, característica marcante entre culturas de matrizes africanas, percebida como a capacidade de grupos étnicos em diáspora compor novos elementos culturais a partir de rastros/indícios de tradições, costumes e modos de ser e de estar, fragmentados por dominações coloniais e por seus desdobramentos. Há-de se pensar como conceito que dê conta de transgressões, negociações e incorporações culturais no grande e movediço espaço geopolítico do Norte e Nordeste do Brasil.⁴ Áreas culturais em que o fenômeno da *crioulização* merece ser pesquisado.

Esforço que contribuirá para melhor apreender a historicidade de culturas postas em diáspora pelo tráfico atlântico de escravos, quando seus protagonistas tiveram que recompor seus modos de vida. A análise proposta por Glissant, em se falando de *crioulização*, foge a essencialismos e aponta para a diversidade de devires e de trânsitos entre culturas, tendo como essencial a noção de “*imprevisibilidade*”.⁵ Tendo a diáspora africana como referência, pensamos que podemos falar também de uma diáspora de cearenses, uma vez que, durante a seca de 1877-1880, milhares de homens, mulheres e crianças cearenses tiveram que deixar sua terra natal em busca de novas possibilidades de vida. Em seus trajetos e rotas, a imprevisibilidade e a interação com mestiços, africanos e afrodescendentes se tornaram constantes.

Questionamos ainda o silêncio em relação a essa presença africana em processos migratórios entre o Ceará (localizado atualmente na Região Nordeste) e a Amazônia. Quanto às particularidades das migrações de cearenses, desde Antônio Bezerra,⁶ há a procura por uma “*identidade cearense*” original. Sua versão mais comum é monolítica e estática, fruto da miscigenação previsível de portugueses e índios. Entre os migrantes que falaremos a seguir,

alguns com descendência africana, encontramos elementos que apontam mais para a imprevisibilidade da *crioulização*. Trabalhamos com sujeitos que tiveram que recompor, recriar e ressignificar modos de viver, ao experimentar deslocamentos estimulados por secas, explorações do latifúndio, estrutura de poder hierarquizada, além da procura de conquistar espaços de liberdade com novas expectativas de vida. Veremos que, junto à chegada de retirantes, as estruturas de controle social fragmentavam-se, abrindo espaço para o refúgio de negros das províncias que estavam em suas rotas.

TRÁFICO INTERPROVINCIAL, ESCRAVIDÃO E SECA NO CEARÁ

O mundo do trabalho no Ceará do século XIX tem como característica marcante a presença de trabalhadores pobres e livres. O principal setor da economia, desde o período da colonização, foi a pecuária, atividade que demandava menos mão-de-obra, em comparação com a *plantation*. A ascensão das plantações de algodão nos oitocentos não modificou o quadro do mercado de trabalho.

Tal configuração econômica vem sendo utilizada desde a segunda metade do século XIX para atribuir ao Ceará uma imagem de terra civilizada e moderna. Já na década de 1860 os dirigentes da Província haviam decretado a extinção dos índios. Nos anos seguintes, o tráfico interprovincial provocou a redução crescente de escravos de origem africana e de seus descendentes, o que possibilitou à Província ter sido a primeira do Império a proclamar a abolição da escravatura. Negro ausente, índio morto, português desbravador; foi baseado nesta tríade que o relato oficial da historiografia cearense foi fundado, por membros do Instituto do Ceará, em 1887. A tradição europeia e católica herdada pela colonização portuguesa associada às novas correntes de pensamento, também europeias, foi o alicerce para a elaboração da alcunha “Ceará – Terra da luz”, Província iluminada pela luz da razão de seus dirigentes que conduziram à liberdade todos seus habitantes.

Após a proibição do tráfico transatlântico de africanos, em 1850, um dos recursos utilizados pela grande lavoura cafeeira para suprir suas necessidades por trabalhadores foi a comercialização de “peças” internamente. O café estava

em plena expansão no Vale do Paraíba e em direção ao Oeste paulista, exigindo braços que, por um tempo, foram obtidos através do tráfico interprovincial.

As galinhas dos ovos de ouro foram as Províncias do Norte do Império: Pernambuco e Bahia, que desde a primeira metade do século XIX viam a decadência do açúcar; o Maranhão, com a crise na cultura do algodão, na década de 1870, e o Ceará, Província mais afetada pela grande seca de 1877.

Estima-se que entre as décadas de 1850 e 1880 mais de 200 mil negros foram negociados nos portos do Norte, em direção ao Sul do Império do Brasil. Tal operação chegou ao nível mais intenso entre os anos de 1873 e 1881, quando 90 mil pessoas de origem africana deram entrada nos portos do Rio de Janeiro e Santos, uma média aproximada de 10 mil escravos por ano.⁷

Movimento tão intenso amedrontou setores da elite do período, devido ao desequilíbrio entre a população livre e escrava, apresentado entre as Províncias do Norte e do Sul, o que poderia provocar movimentos separatistas, a exemplo do que ocorreu na época nos EUA: "*o perigo de uma cisão entre norte e sul,*" e a ideia separatista "*já se tornava popular nas províncias do norte e nordeste, seus escravos estavam sendo exportados em número crescente para o sul do país.*" Somado ao medo constante de uma rebelião de escravos, surgia o discurso que atribuía o aumento da criminalidade em Províncias do Sul à presença crescente do "*negro mau vindo do norte*", discurso formulado na Assembleia Provincial de São Paulo nos anos 1870, principalmente por aqueles que defendiam a substituição do trabalho escravo pelo do imigrante europeu.⁸ Foi esta tensão que acabou provocando a aprovação de taxas proibitivas à entrada de escravos em Minas e Rio de Janeiro, em dezembro de 1880, e São Paulo, em Janeiro de 1881.⁹

Além das taxas ao tráfico interno, outro aspecto que levantamos refere-se à percepção que os próprios negros tinham do processo. O autor de *Visões da liberdade* já apontou elementos da leitura que escravos fizeram das redes de comércio e como tomavam uma postura ativa no decorrer das negociações, com seguidas fugas e insubordinações ao poderio senhorial. Nos portos do Sul, preferiam ocupações urbanas ou domésticas, que lhes propiciavam maior margem de liberdade em oposição à submissão em grandes propriedades de café. Nos circuitos em que "*experiências e informações circulavam entre os cativos*", escravos e libertos "*sabiam exatamente para onde não queriam ir*".¹⁰

Concordando com as proposições de Chalhoub, pensamos que diante da circulação de experiências e informações, os negros das Províncias do Norte poderiam estar atentos para outras rotas que lhes permitissem novos espaços de solidariedade e liberdade. Seria o caso da fronteira Norte, hoje conhecida por Amazônia, destino que abrigava quilombos e comunidades de fugitivos desde os tempos coloniais.¹¹ Ao Norte, a ausência ou presença menos ostensiva do Estado, suas forças policiais, recrutamentos e impostos; como a existência de diversos *campos negros*¹² em rotas cortadas por rios, cachoeiras, vales e florestas, projetavam destinos bem diferentes da rigidez do trabalho em fazendas de café e à proximidade com a corte.

A grande seca que atacou o Ceará entre os anos de 1877 e 1880 teve como um de seus desdobramentos o incentivo à migração de retirantes para outras Províncias do Império. Um dos destinos preferidos foram as Províncias do Norte, especialmente o Maranhão e o Pará, que serviam de portais de acesso aos rios que permitiriam adentrar na floresta amazônica. Condição que contribuiu para o cruzamento de rotas, destinos e identidades entre escravos fugidos, libertos, mestiços e migrantes pobres. Compondo *Zonas de Contato*¹³ e redes de solidariedade em Províncias situadas na periferia do Norte do Império. Migrantes fujões questionavam as instituições da escravidão e do racismo, recompondo projetos de vida, rotas de migração e compartilhando experiências de opressão e projetos de liberdade.

No Ceará, apesar da hegemonia do trabalho livre, o trabalho escravo esteve bastante presente, principalmente em atividades domésticas e como padrão de status social. Segundo dados do recenseamento de 1872, o Ceará possuía 721.686 almas, sendo 689.773 livres e 31.913 escravas.¹⁴

Nos anos seguintes ao referido censo, a quantidade de escravos estava sendo reduzida devido ao tráfico interprovincial. Contudo, seguindo os dados apresentados por Rodolfo Teófilo,¹⁵ a partir de 1877 o comércio passa por significativa aceleração:

Ano	Saída de escravos no porto de Fortaleza
1874	710
1875	894
1876	768
1877	1.725
1878	2.909
1879	1.925
Total	8.931

Enquanto no ano de 1876 foram negociados no porto de Fortaleza 768 escravos, em 1878, temos aproximadamente 3.000, número bastante significativo considerando o reduzido fluxo de africanos escravizados no sertão cearense em relação às regiões de *plantation*. Lembrando que os dados referem-se somente ao porto de Fortaleza. Acompanhando os anos de atividade mais intensa, entre 1877 e 1879, chegamos a 6.559, o que representa pouco mais de 20,5% do total de escravos cearenses registrados pelo censo de 1872.

A crise econômica provocada pela escassez de alimentos e a mortalidade do gado potencializava as articulações do tráfico interno na Província do Ceará: *“Abriramse alguns escriptórios de compra de escravos para se aproveitarem torpemente do ultimo recurso que restava ao infeliz matuto. A mercadoria era comprada por baixo preço; as peças custavam às vezes duas saccas de farinha”*.¹⁶

A denúncia contra o tráfico pode jogar trevas em discursos produzidos por setores da elite cearense, que se diziam progressistas e liberais, responsáveis por liderar precocemente o movimento abolicionista no Ceará. Em anos de crise, provocados pela seca, as bandeiras da abolição do tráfico e da escravidão pareciam esquecidas. Teófilo foi exceção, ao elaborar um discurso com caráter humanitário, embora repleto de estigmas e racismo, reduzindo o escravo à condição de mero objeto de troca, passivo.

Para os escravos, a seca poderia ser vista como uma faca de dois gumes. De um lado, como vimos, fortaleceu as redes do comércio interprovincial. Porém, os milhares de retirantes espalhados pelas estradas, cidades e portos do Ceará desestabilizaram o controle de embarques nos portos, abrindo brechas

nos meios de controle social. A bordo dos vapores, junto a retirantes seguiam foragidos da lei e do poder senhorial. Para termos uma ideia, em 1877, a população de Fortaleza, aproximadamente 25 mil almas, quadruplicou, recebendo mais de 100 mil retirantes. As autoridades provinciais forneciam passagens em navios, tentando dispersar os retirantes que saqueavam comércios, armazéns públicos e propriedades em ações de massa.¹⁷ Sem considerar os embarques ilegais ou as rotas terrestres pela fronteira do Piauí em direção ao Maranhão, somente em 1878, deixaram a Província cerca de 55 mil pessoas: pelo porto de Fortaleza foram 26.875, sendo 11.575, em direção ao Sul e 15.300, para as Províncias do Norte.¹⁸

No cotidiano de caos, escravos e migrantes começam a entrelaçar suas trajetórias. Na rota de fuga de escravos havia também a prioridade de partir para as Províncias do Norte. Ao misturar-se com os emigrantes e embarcar para o Pará ou Amazonas, *“as possibilidades de manter a invisibilidade de sua condição era bem maior”*.¹⁹ Além dos seringais, havia a chance de se integrarem em obras de remodelamento e reformas em curso, graças ao “progresso” econômico promovido pela exportação da borracha, e na composição de forças de segurança, como as guardas municipais ou provinciais. Havia ainda as colônias agrícolas, projetadas para o povoamento e disciplinamento da população local para o trabalho, sem falar na oportunidade de contato com comunidades de quilombolas e fugitivos encravadas no meio das matas. Um destes pode ter sido o caminho trilhado pelo escravo fugido Francisco:

Fugio do abaixo assignado no dia 21 do passado o seu escravo Francisco, mulato claro, cebellos anelados, baixo, cheio de corpo, pés chatos, nariz afilado, olhos grandes, bocca regular, pouca barba. Tem falta completa de dentes no queixo superior da frente [...] Pressume-se que tenha procurado para o norte, ou se tenha misturado com emigrantes, e embarcado para o Pará ou Amazonas.[...] Sítio São Pedro de Souza (Cascavel), 15 de julho de 1877.²⁰

Não é ao acaso que vários anúncios de escravos fugidos, no período da seca, fazem a associação entre a figura do retirante e do escravo fugido, sujeitos que facilmente se mesclavam em meio à multidão. Em geral, se localizados e apreendidos os negros, os anúncios indicam casas comerciais como ponto de entrega ou mesmo a residência do proprietário. Contudo, um dos anúncios que

merece destaque, é dirigido ao negro Alcanforado, acusado de abusar de donzelas retirantes:

ESCRAVO FUGIDO - CEM MIL LITROS DE FARINHA DE GRATIFICAÇÃO AO RETIRANTE QUE PEGAR O NEGRO, CUJOS SIGNAES SE SEGUEM:

Fugio da cidade de S. Sebastião, a bordo do vapor “Ceará” em viagem para o Norte, um negro já velho, o qual devido aos muitos crimes que tem praticado, tomou por isto o appellido de Alcanforado.

É alto e cheio de corpo, tem os cabellos carapinhos, usa de bigode e mosca, e tem a pelle preta igual ao seu baixo e infame procedimento, tem a mania de se dizer commandante do vapor em que fugio, bebe aguardente como quem chupa caju, é metido a seductor de donzellas e mulheres casadas, foi por alguns annos espião do governo inglez e em paga d’essa infamia recebe d’aquelle paiz um gordo ordenado, diz-se natural do Ceará tem a cara e o dorso cortado de chibata, os dentes quebrados com os tamancos de uma senhora que elle teve, chamada Etelvina, e levou vestido – calça de casemira escura, palitot de brim branco e chapéo de baêta preta.

*Os retirantes de S. Francisco*²¹

Discurso tão enérgico contra um escravo, não poderia significar o medo de alguns senhores de que seus escravos, ao se misturarem com a multidão de libertos e retirantes, criarem conexões de fuga para o Norte? O caso de Alcanforado representa um indício que não pode ser desprezado.

O Debate sobre representações a respeito de como “homens de cor” eram projetados em jornais paulistanos no final do século XIX,²² demonstra a variação entre a imagem do negro violento, alcoólatra e fugitivo; e a do negro submisso ao seu senhor. Os rastros da violência davam a tônica das descrições: marcas de chibatas, mutilações, falta de dentes e deficiências físicas como sequela de castigos. Porém, dificilmente solicitavam a morte após a captura: “*póde por esta nossa autorisação, ser levado á pau e a vergalho em qualquer praça ou rua d’esta cidade onde for encontrado; podem mesmo sangral-o*”. O teor do anúncio apresentado acima aparenta ter um caráter de alerta, criando rivalidades e desconfianças na aproximação entre retirantes e escravos durante o embarque e suas travessias.

Causa estranhamento a autoria da promoção do anúncio, uma “*comissão de retirantes de S. Francisco*”. Geralmente os retirantes trabalhavam para o governo

provincial para receber em troca alimentação e vestimenta. Como poderiam os retirantes de São Francisco oferecerem mais de “100 mil litros” de farinha para perseguir um escravo fugido?

Havia ainda outra acusação, a ingerência do governo britânico, uma vez que o negro Alcanforado foi acusado de ter sido “*por alguns annos espião do governo inglês*”, sinal da insatisfação de proprietários com posturas emancipacionistas de ingleses? A tripulação dos vapores (inclusive ingleses) estaria também sendo conivente com o embarque de escravos foragidos?

São questionamentos ainda em investigação. No momento, vamos embarcar junto com outros fujões e retirantes e seguir seus trajetos nas Províncias do Maranhão e Pará, portos de chegada e de distribuição de retirantes e seus companheiros de viagem em direção às florestas e às fronteiras do Norte.

FUJÕES, MESTIÇOS E MIGRANTES NO MARANHÃO

Para deixar o Ceará rumo ao Maranhão havia duas alternativas: via terrestre, atravessando os Sertões do Piauí, e pelo oceano, embarcando em Aracati, Fortaleza, Acaraú ou Camocim. A diversidade de rotas é apenas uma dificuldade para mapear o trajeto de migrantes e fugitivos. Dos deslocamentos terrestres, temos poucas informações, autoridades do Maranhão reclamavam do excesso de passageiros em embarcações, muitos não constavam nas listagens; e da chegada de retirantes a pé.

Pelo mar, o ponto de entrada era a cidade de São Luís, capital da Província. Somente no ano de 1878, a ilha habitada por 35 mil pessoas recebeu em seu porto mais de 10 mil retirantes cearenses.²³ Naquela conjuntura, a economia maranhense passava por momentos de crise devido à dependência do comércio do algodão em relação ao mercado mundial. O modelo agro-exportador, baseado na grande presença do trabalho escravo, sofreu com a intensificação do tráfico interprovincial. Se no início do século XIX os escravos representavam 53,3% da população local, em 1872, a proporção cai para cerca de 26,37 %, sendo 284.101, habitantes livres e 74.939, cativos. A redução da proporção de escravos na população tem ligação direta com a venda de

escravos destinados às Províncias do Sul: “*A maioria dos escravos exportados seguia para o Rio de Janeiro*”. Após a década de 1860, seguiam também para São Paulo, Província que “*vivenciava o crescimento da produção cafeeira. Outras Províncias como Pernambuco, Pará e Amazonas, também se fizeram presentes como compradores, embora em proporção diminuta*”.²⁴

Os deslocamentos improvisados e a presença constante de centenas de retirantes em ruas e rios da Província do Maranhão formavam um cenário promissor para o hibridismo de identidades. Não apenas escravos fugidos do Ceará mesclavam-se a retirantes:

Fugio em Setembro passado a escrava menor Theodora, de 11 annos de idade, cor parda acabocladada, estatura baixa, gordura regular, bem fallante, cabellos corridos curtos e anellados; tem na testa uma pequena marca de uma brexa, foi escrava do Sr. Alfredo Candido dos Reis. Consta que Ella diz ser cearense, não ter pai nem mãe e assim já conseguiu, uma vez agasalho e occupação em uma casa de família, portanto pede-se atenção para quem tem cearenses em casa, não só na capital como no interior.²⁵

Como podemos observar, assim como escravos fugidos do Ceará metamorfoseavam-se de retirantes para conquistar espaços de liberdade, prática comum ocorreu entre escravos fugidos no Maranhão, como é o caso de *Theodora*, a negrinha fugida que se passava por migrante cearense. E mesmo no Pará, onde a *Colônia Benevides*²⁶ foi o ponto de apoio de muitos escravos fujões.

É esta articulação entre as experiências de migração e escravidão que faz com que possamos superar o discurso linear que aponta para uma simples transição do trabalho escravo para o livre no final do século XIX. Experiências apartadas na produção acadêmica, mas conectadas na vida cotidiana de homens e mulheres que circulavam pelas fronteiras geográficas e culturais nas décadas finais do Império devem ser levadas em consideração.

Neste ambiente de conflitos, a atenção redobrava em relação aos migrantes cearenses. Caminhar pelas localidades em qualquer condição e direção era motivo para mobilizar a atenção das autoridades. Em Caxias, a 22 de maio de 1877, o Delegado comunicava que “*appareceo um dos emigrantes cearenses, acompanhado por um escravo fugido, e dirigindo-se a uma senhora armado de uma pistola, exigio-lhe almoço para si e para o escravo, isto em tom ameaçador*”.²⁷

A vigilância e a associação entre retirantes e escravos eram mais comuns do que podemos pensar. Se é verdade que a escravidão no Ceará não teve numericamente a mesma expressão que em outras Províncias, não podemos negar a presença africana através da mestiçagem existente entre os trabalhadores pobres e livres. O que fazia que retirantes negros e mestiços tivessem de dar explicações às autoridades policiais para comprovar a sua condição de livre. Foi o caso de Joaquim Antonio da Silva, que foi interrogado por chegar “occutamente” na capital do Maranhão. No auto de perguntas, lavrado em 16 de dezembro de 1879, o Delegado indagou por seu nome, idade, estado, naturalidade, condição e profissão. Nos autos não era comum inquirir pela “condição”, caso não houvesse suspeitas de que o sujeito fosse escravo. Seriam pelas características físicas de Joaquim: cabelos “carapinhos”, olhos “pretos”, nariz “chato” e cor “parda”?

Joaquim Antonio da Silva, de aproximadamente 20 anos, natural de Baturité, no Ceará, solteiro, “agencia” e livre. Explica o motivo de ter chegado, clandestinamente, no Vapor *Ceará*: “*tendo ido vender umas laranjas a bordo do mesmo vapor deixou-se alli ficar, afim de seguir para esta provincia, visto não ter dinheiro para pagar sua passagem e desejar sahir do Ceará, onde mal ganhava para sua subsistência.*” Ao comentar sua procedência, afirmou que estava no Maranhão há cerca de seis meses e que antes da partida em Fortaleza “*trabalhava nas obras da Estrada de Ferro de Baturité no lugar denominado – Callaboca, [...] próximo a água verde*”.²⁸ Aparentemente, Joaquim pôde continuar a agenciar seus serviços no Maranhão.

A vigilância constante sobre retirantes e escravos em trânsito era uma das atribuições da polícia provincial. Em 23 de setembro de 1878, o Chefe de Polícia do Maranhão enviou ofício circular aos delegados de todos os termos da Província, com o objetivo de capturar a escrava Maria:

Havendo suspeita de ter vindo como emigrante da Província do Ceará para esta, ou de haver sido trasida por alguém, a escrava de nome Maria, de propriedade do D^r Fran^{co} Jacintho Pereira da Motta, a qual escrava é de cor parda, maior de 36 annos de idade, estatura regular, nariz redondo, cabellos carapinha, bocca contrahida, os dentes entramelados, olhos regulares com carnosidade nos cantos do lado do nariz; e levou um anel metálico em um dos dedos, recommendo a V. M^{oe} que a faça capturas, no cazo de ser encontrada no termo de sua jurisdição, remetendo-me-a para ter o devido destino.²⁹

A escrava Maria não apareceu novamente na documentação policial, o que pode indicar que obteve sucesso em sua rota de fuga. Destino diferente encontrou Isídio.³⁰ O periódico maranhense *O Paiz*, em agosto de 1878, noticiava a prisão do escravo fugido do Ceará: "*vindo da cidade do Brejo para ser vendido, o escravo de nome Isídio, cuja captura foi requisitada pelo Dr. Chefe de Polícia do Ceará por estar o mesmo escravo pronunciado na cidade de Sobral*". Encontramos nos meses seguintes uma série de correspondências entre os Chefes de Polícia do Maranhão e do Ceará, em que consta cópia do auto de perguntas feitas ao fujão.

Isídio, natural de Sobral, aproximadamente 32 anos, roceiro e escravo, era um sujeito que tinha consciência de seus atos. Após uma briga entre os familiares de seu senhor, ficou sabendo que ele e um amigo, também escravo, de nome Raymundo, estavam "*elles libertos em vista da lei, por não se acharem matriculados*". Deveria ser uma referência à matrícula geral de escravos imposta aos senhores a partir de 1872, o que demonstra que estes cativos tinham noção não apenas de seus desejos por liberdade, mas também das mudanças na legislação do Império. Após a fuga de Sobral, os dois seguiram em direção à Baturité. Desde então, disse ter perdido o contato com Raymundo, o que poderia ser verdade ou, talvez, um recurso para omitir seu paradeiro. Mesmo tendo argumentos que poderiam dar amparo legal no caso de uma ação de liberdade, Isídio acabou sendo encaminhado para Sobral, onde respondia por crime de agressão contra o irmão de seu senhor.

Retirantes também se envolveram em relações afetivas com escravos. Assim, foi o encontro do migrante cearense Joaquim José de Sant'anna, 20 anos, que havia chegado ao Maranhão há mais de um ano como "imigrante". Depois de trabalhar em atividades agrícolas, em Cururupu, decidiu roubar uma escrava do dono da fazenda, a "cafusa" Francisca, de 25 anos de idade, natural de Curupuru e que vivia "empregada no trabalho da casa do seu senhor". A cativa, após ouvir boatos que seria castigada, decidiu partir em direção ao Pará, onde desejava iniciar uma nova vida na condição de migrante cearense.

Elaboraram projeto meticuloso que passava pela mudança de nomes e simulação de serem casados. Todo o plano estava arquitetado, trocaram os nomes, ele passou a ser "Manoel", ela, "Raymunda", apresentavam-se como

migrantes cearenses e casados. Porém, quando estavam tentando fugir em direção à fronteira com o Pará, uma diligência policial, após denúncia do senhor da cativa, os alcança. Vejamos o que disse Francisca na ocasião do interrogatório:

Sabe que foi preza por estar fugida da caza de seu senhor, [...] fugio seduzida pelo cearense [...]disendo-lhe este que ninguém a havia de prender, e que insinuou que mudasse o nome de Francisca para Raymunda e foi logo dizendo na viagem que era cazado com ella respondente. Disse mais que quando o cearense a tirou da caza de seu senhor veio com ella em direção ao porto de tumocatinga onde arrumou viagem para esta cidade onde se demorarão huma noite e seguindo viagem pela estrada qual chegarão ate o redondo e ahi forão alcançados por uma diligencia mandada pelo senhor delegado de Polícia [...] o destino do referido cearense hera seguir viagem para Viseu e do Viseu até o Pará passando como cearenses casados e com nomes trocados, elle de Manoel e ella de Raymunda.³¹

Francisca foi devolvida ao ser senhor, e após a insubordinação, castigada ou até mesmo posta à venda, já Joaquim Sant'Anna foi recolhido à cadeia na capital, onde veio a falecer meses depois. Contudo, apesar do trágico desfecho, chama atenção a astúcia no plano de "Manoel" e "Raymunda", outro elemento interessante que aparece é a ideia do Maranhão como ponto de passagem entre as Províncias do Ceará e Pará. A área que vai de Turiaçu, no Maranhão, a Viseu, no Pará, é cortada por vários rios, sendo o mais importante deles o Gurupi, terras e rios que até 1852 pertenceram ao Pará. Lugar que estrategicamente deveria ser controlado, por ser caminho para a fronteira.

NAS MATAS E PÂNTANOS DO TURIAÇU:

LIMOEIRO/PRADO QUILOMBO DE PRETOS E BRANCOS

Os presidentes da Província do Maranhão, entre os 1877 e 1879, tiveram de enfrentar dois grandes desafios: derrotar os focos de resistência quilombola na zona de fronteira com o Pará e dar ocupação às centenas de retirantes cearenses que chegavam diariamente por terra e mar.

A concentração de quilombolas na fronteira era uma atividade que irritava autoridades maranhenses e paraenses, pois, incentivavam novas fugas e ameaçavam a propriedade de fazendeiros com o roubo de gado: "*Uma numerosa*

população escrava se concentrava perto de áreas de fronteiras cobertas de matas. O resultado foi uma extraordinária multiplicação de quilombos nessa Província durante o século XIX". Devido "à geografia e também à relativa fraqueza e ineficiência do aparelho repressivo",³² as Zonas de Contato em que "vários mocambos entre grandes e pequenos" eram protegidas "por uma vasta rede de comunicação e comércio – com cativos nas senzalas, vendeiros e lavradores – que mantinham informados quanto a qualquer movimentação das tropas",³³ os mocambos da região resistiram às campanhas de combate da primeira metade do XIX, principalmente durante a Balaiada, sendo inclusive ponto de refúgio de vários pretos que participaram dos embates no período regencial. Chama atenção a relação com comerciantes da região que davam suporte aos rebeldes e negociavam produtos agrícolas cultivados nas roças dos pretos. A cada quilombo abatido outros tantos surgiam nas matas.

Os anos 1860, além da permanência de quilombos, foram marcados pela instabilidade causada pelo recrutamento para a Guerra do Paraguai e a intensificação do tráfico interno. Foi neste contexto que em 1867, ocorreu um dos momentos de maior tensão, quando pretos insurretos promoveram fugas coletivas e a invasão de fazendas durante a "Insurreição de Viana". O desfecho da repressão teve repercussão no mapeamento de quilombos e mocambos nos pântanos localizados entre os rios Turiaçu e Gurupi, quando "as autoridades maranhenses obtiveram maiores informações sobre a localização dos quilombos mais importantes de Turiaçu, de onde tinham partido os insurretos quilombolas".³⁴

Após a perseguição ao Quilombo São Benedito do Céu, berço da insurreição de 1867, outras campanhas saíram parcialmente vitoriosas na região do Turiaçu, em São Sebastião, em 1876, e Limoeiro, entre os anos de 1877 e 1878. A vitória não foi total porque os pretos conheciam bem os pântanos da região, seus rios e matas e circulavam entre as fronteiras do Maranhão e Pará, escamando das diligências que dificilmente eram conjuntas.

Dos quilombos citados, o mais emblemático é o Limoeiro: denominação dada pelos pretos, devido à proximidade com o Igarapé Limão; também conhecido por Montes Áureos, por ser região de mineração, e Gurupi, mesmo nome do rio navegável mais próximo. Aos primeiros dias de 1878, um comando de mais de 80 homens conduzidos pelo Capitão Feliciano Xavier Freire Júnior e o apoio do Capitão da Colônia Militar do Gurupi, João Manoel

da Cunha promoveu a primeira invasão do quilombo. Cunha descreveu Limoeiro ao presidente da Província:

Este mocambo acha-se situado na continuação do terreno de Montes Áureos em uma eminencia no rumo Norte a Sul, e suas águas correm a Este para o rio Maracassumé, e a Oeste para o rio Gurupi; tem 91 casa, em cada uma morando três, quatro e cinco pretos com suas mulheres e filhos, e tem mais duas casas destinadas à oração, a que chamam casas de santos; sendo uma com imagens de santos, e outra onde encontramos figuras extravagantes feitas de madeiras, cabaças com ervas podres [...]É extraordinário grande número de roças que tem o mocambo, e seria necessário mais de um mês para destruí-las [...]Deixei ficar por não poderem fazer viagem os seguintes pretos: João – mulato velho, decrépto, esta no mato desde 1838, a preta Rita, também decrépta, Joaquim Cassange, velho e doente, o mulato Claudiano, doente de anasarca, e o preto velho Victorimo, doente das pernas.³⁵

Além do desprezo com o modo de vida e a crença dos quilombolas, algo previsível, o militar revela uma das principais estratégias para impedir que o quilombo fosse reerguido, a destruição da roça dos pretos. Foram destruídas ainda as casas de habitação e oração. Apesar da compaixão com os pretos velhos doentes, mais de 70 quilombolas foram enviados à cadeia da capital até a segunda invasão, em março do mesmo ano.

Contudo, a saga do Limoeiro não acabou por aí. Era preciso um projeto de ocupação permanente no local, com colonos dispostos a impedir o ressurgimento do quilombo e de conduzir a retomada da produção de alimentos para abastecer as localidades próximas, tanto do lado maranhense como paraense. As limitações de navegação durante as campanhas militares estavam irritando os comerciantes de Viseu, cidade paraense que ficava na outra margem do Rio Gurupi.

Com o propósito de resolver as demandas, a 28 de maio de 1878, o presidente da Província Graciliano Aristides Prado Pimentel nomeou o capitão Feliciano Xavier Freire Junior, o mesmo que "*desempenhou ultimamente de um modo merecedor de elogios*" as invasões ao quilombo, como diretor de uma colônia destinada a receber os retirantes cearenses. Garantiu ainda "*uma força de 50 praças de linha, não só para manter a ordem na colônia, que se vai fundar, como para proteger os retirantes contra os escravos fugidos que não foram capturados e contra os índios*". Prado

Pimentel ainda observa algumas instruções ao capitão: Aproveitar as edificações existentes e construir novas, além de casas, um templo religioso e uma escola; distribuição de roças e terras, e o aviso que o governo só "*lhes fornecerá socorros, enquanto absolutamente não puderem subsistir com o fruto de seu trabalho*".³⁶

Capitão Feliciano organizou algumas expedições de reconhecimento e abertura de estrada até Limoeiro. Em 06 de julho, enviou correspondência de Viseu, porto do litoral mais próximo, nela comunicava a impressão que tiveram os primeiros cearenses ao chegar e marcava a inauguração da futura colônia: "*Os cearenses estão contentes no Limoeiro, e muito bem denominam o lugar – A terra da promessa – [...] No dia 28 de andante terá lugar a inauguração da colônia, que perderá desse dia em diante o nome de Limoeiro e chamar-se-há = Prado =*".³⁷

O Batismo da colônia era uma homenagem ao próprio presidente da Província em exercício, algo bem comum na época. Os primeiros grupos eram reduzidos, no máximo "*30 a 40 pessoas e isto mesmo sem bagagem*", devido à falta de canoas capazes de realizar o trajeto. A viagem em vapores pelo litoral de São Luís ao porto de Viseu, na margem paraense do Gurupi, durava um dia. De Viseu, canoas e embarcações menores que paravam no trajeto demoravam até cinco dias para chegar ao porto na margem maranhense do Gurupi, mais próxima à Colônia Prado. De onde se seguia mais um dia de caminhada, até finalmente chegar ao antigo quilombo.

Apesar dos possíveis obstáculos, em agosto de 1878, a Colônia Prado era o projeto de colonização que recebia mais atenção e recursos do governo provincial. Assim, a 21 de julho, partia de São Luís, com destino ao antigo Limoeiro, o Padre Thomaz, recém nomeado capelão da colônia, com mais de 500 emigrantes. Navegaram e caminharam até chegar ao destino, nove dias depois. O sacerdote publicou suas impressões da viagem e sobre a colônia em "*notas de minha viagem ao Limoeiro*",³⁸ relato que acabou conduzindo à sua demissão, em menos de um mês após sua chegada à colônia. O Padre demonstrou desacordo com a localização do núcleo colonial, trouxe ainda à tona reclamações de colonos com o "*aperto do regime militar*" e a rigidez de comando do Capitão Feliciano que fez "*do antigo mocambo de pretos*", um "*novo mocambo de brancos*".

A disciplina de trabalho era bastante rígida, o tempo era controlado com um “sinêta” e os trabalhadores eram proibidos de sair da colônia sem a autorização do diretor. Ora, se um dos motivos que impulsionou a retirada do Ceará foi o descontentamento com as concentrações do governo, que proibiam a livre circulação de retirantes pelos centros urbanos e o trabalho árduo de carregamento de pedras, calçamento de ruas e abertura de picadas para construção de ferrovias, obras públicas que, nos momentos mais críticos, pagavam apenas com comida e vestimenta. Na Colônia Prado, o destino não parecia dos melhores, ainda segundo relato do Padre Thomaz, os colonos apelavam *“estamos aqui inteiramente coagidos, sem ao menos ter a liberdade de podermos fugir, porque lá está no porto um destacamento com ordem expressa de agarrar a quem tiver o atrevimento de embarcar”*.

Contudo, foi no combate à rigidez do diretor-coronel que mais uma vez podemos perceber o cruzamento de trajetórias entre retirantes e escravos em fuga:

A única esperança, que até agora nos vai ainda alimentando é uma picada que os outros mocambeiros nossos predecessores fizeram d’aqui para o Paraná, onde ião furtar gado; o nosso tão bom e muito louvado director acaba de ir explorá-lo, levando por guia um dos antigos pretos muitos dos nossos acompanharam voluntariamente com o fim de também aprendel-a, para por ella nos evadirmos, embora nesta longa viagem corramos o risco de morrermos de cansaço victimas das febres!

Em correspondência ao Presidente da Província do Maranhão, de 07 de janeiro de 1879, o diretor do núcleo de cearenses no Limoeiro, alertou sobre os riscos da circulação de negros:

Constando-me achar-se reunidos no lugar – Escuta – na Província do Pará, e distante desta colônia de 12 a 14 leguas um já crescido numero de pretos, dos quilombolas, que daqui se evadirão, quando por mim forão perseguidos, acoitados por dois índios [...] tornando-se prejudicial a estada de taes pretos tão perto desta colonia rogo a V. Exa. Suas ordens no sentido de serem elles ali perseguidos. Se ainda eu lhes não dei cassa é porque como já disse pertence aquelle lugar ao termo da Villa de Visêo na Província do Pará.

A presença de negros já vinha sendo comunicada desde agosto de 1878, quando o Cap. Feliciano pedia orientação a Graciliano do Prado Pimentel,

sobre o que fazer com "os pretos amocambados Francisco Cabindá, Joaquim Cassange e Cosme". Os negros que afirmavam ser do Pará e "ignorão quem sejão seus donos", apresentavam um estado de saúde debilitada: "completamente decreptos, que precisão de bastão para arrimo, e por isso não podem fazer viagem por terra". Diante dos fatos, os pretos acabam permanecendo na colônia.

Sabemos que, em junho de 1879,³⁹ após suspensão dos socorros e a exoneração de Feliciano, um grupo de cearenses levou do depósito da colônia armas e ferramentas que lá encontraram e fugiram. Podem ter tomado estradas, veredas e caminhos aprendidos com os pretos e mocambeiros que conheceram pelas margens do Gurupi. A circulação de negros e retirantes foi um dos argumentos para a necessidade de criar novas povoações, abrir estradas, enfim, civilizar as matas.

CIRCULANDO PELO PARÁ: PORTAL DA AMAZÔNIA, FRONTEIRA DA LIBERDADE

No quadro de conexões entre a resistência ao tráfico interprovincial e as migrações de trabalhadores pobres livres, o Pará possui especificidades. Diferente do Maranhão que desde o período colonial foi um dos maiores centros de entrada de africanos, na Província vizinha foi bem mais característica a exploração do trabalho indígena. Houve presença africana de uma forma bem mais dispersa, tanto pela extensão da Província, como pela ausência de atividades de grande lavoura que incentivassem o comércio negreiro. Sem falar nos quilombos e comunidades de fugitivos espalhados pelas cabeceiras do Rio Trombetas, nas regiões da fronteira com as Guianas, nas margens do Rio Gurupi e até nos arredores de Belém. Contudo, nos engenhos, plantações e em atividades manuais de espaços urbanos, o trabalho escravo ainda era essencial.

Considerando os dados do censo de 1872, temos uma população de 24.458 escravos e 247.779 livres, os cativos representando mais de 11% da população. Estudos recentes mostram que parte significativa, cerca de 1/3 dos escravos, estava concentrada na capital, Belém.⁴⁰

Na segunda metade do século XIX, enquanto o Maranhão tornou-se um dos centros de fornecimento de negros para o tráfico interno, os senhores do Pará continuavam a adquirir outras "peças". As novas aquisições chegavam

principalmente de Províncias do Norte, tais como Maranhão, Pernambuco e Ceará. Após a década de 1870, com a ascensão do extrativismo em torno da borracha, a Província, que devido sua extensão territorial já possuía necessidade de braços, viu suas lavouras cada vez mais carentes, estabelecendo tensões entre a lavoura e o extrativismo.

Neste sentido, o fortalecimento das correntes migratórias de trabalhadores pobres livres, impulsionadas pela seca de 1877, parecia a oportunidade de superar problemas já conhecidos, como o povoamento e a necessidade por mão-de-obra em diversas áreas produtivas. Todavia, as novas levas de trabalhadores não seguiam o padrão disciplinar esperado por proprietários e autoridades. E, mais grave, traziam consigo grupos de foragidos da justiça e do poder senhorial que circulavam pelas rotas entre as Províncias do Ceará e o Maranhão.

A fragilidade das relações escravagistas e do tráfico interno que visava a sustentá-las foi exposta com a circulação de milhares de migrantes mestiços, ficando cada vez mais complexas as tentativas de classificação e controle social. As colônias agrícolas, as novas estradas de seringa, os recrutamentos para forças policiais e frentes de trabalho nas áreas urbanas foram *Zonas de Contato* em que novamente encontramos alianças e hibridismos entre as figuras do retirante e do negro fujão em trânsito.

Já vimos anteriormente, através dos anúncios de jornais, e na tentativa frustrada de fuga de “Manoel” e “Raymunda”, o Pará como destino perseguido por negros, migrantes e mestiços em processo de alianças constates.

Tais movimentos foram catalisados no decorrer da seca de 1877. Porém, já estavam sendo experimentados no período anterior à calamidade climática, assim como teve continuidade com seu término. Em março de 1880, as primeiras chuvas voltavam a cair sob o Ceará, mas as rotas de deslocamentos legais e ilegais não seriam mais esquecidas. O Chefe de Polícia do Ceará continuava a manter correspondência com seu colega do Pará, na tentativa de capturar escravos e escravas foragidos:

Tendo embarcado para os portos do Norte no vapor Bahia, que dáqui partio no dia 14 do corrente em companhia de Izabel de Alencar, Philomena de Alencar e Aurea Roza de Alencar, a escrava de nome

Nazaria de propriedade de D. Bellina Jardelina de Oliveira e como possa ter ai desembarcado rogo a V. S^a que digne-se de providenciar de modo a descoberta e remetida oportunamente para esta capital a referida escrava.⁴¹

Era comum, em casos de perseguição a escravos, o envio de ofícios com o mesmo teor para os chefes de polícia das Províncias do Maranhão, Pará e Amazonas. Mas, como a maior parte da migração para o Maranhão concentrou-se no ano de 1878, era bem provável que a negra Nazária e suas companheiras de viagem tenham de fato desembarcado em Belém, onde podem ter permanecido ou seguido em outro transporte pelo rios que seguiam para o Amazonas.

Para aqueles que não optavam em seguir viagem para o Amazonas havia, entre outras possibilidades, o ingresso nas forças de segurança da Província: corpo de polícia e guarda municipal; ou ainda se encaminhar para uma das colônias agrícolas destinadas ao povoamento e abastecimento alimentar das cidades, principalmente da capital. Acompanhando exames de corpo e delito, registrados em Belém, é de impressionar o número de cearenses que surgem, muitas vezes na condição de soldados, que testemunham em casos de violência, o que demonstra atuação marcante nesta atividade, numa sociedade, como a paraense, marcada pelo reduzido número da população. Pode ter sido neste contexto, que o negro José Thomaz conseguiu mesclar-se com outros retirantes cearenses e ingressar na força de linha da polícia provincial. Thomaz foi vendido do Ceará para o Pará em período anterior à seca de 1877, pois em 1878 já fazia mais de oito anos que estava em fuga. Contudo, foi neste ano que o antigo proprietário soube notícias que o negro estava participando de diligência da polícia na cidade de Soure. Com posse de tal informação, não titubeou e enviou anúncio ao *Jornal do Partido Conservador*, *A Constituição*, na ânsia de recuperar sua posse. O anúncio poderia ser apenas mais um, não fosse a descrição animalésca das características do fujão, em que seu antigo senhor prometia:

gratificar com 500\$000 á quem o fizer apresentar em sua fazenda no Marajó ou n'esta cidade na rua do açougue, onde está residindo. Signaes: cabeça chata, testa de macaco, olhos de porco, focinho de quati, tem uns

cabelos raros no queixo e bigode de piassava, cabelo carapinha, é cheio para cima e tem as pernas finas e tortas, nas espadoas mostra sinais de vergalhos; deve ter hoje 38 anos.⁴²

A fala do senhor é cheia de contradições. Apesar de ser "*curto de Intelligência*", o negro era "*capaz de tudo o que o mandam fazer*", o que não seria possível se Thomaz fosse tão incapaz como supõe. Fugido há mais de oito anos e infiltrado nas forças policiais, foi caracterizado como um "covarde", imaginem o que faria se fosse corajoso. Não para por aí; não conformado com o abuso do negro ao calçar sapatos e assim adotar prática exclusiva de livres e libertos, afirmava que o fazia "*constrangido*". O final do anúncio dá mais indicações do desespero do proprietário: "*Se á pezar de tudo isso alguém o quizer comprar em fuga pode dirigir-se ao abaixo assinado*". Aparentemente surpreso com as notícias após a fuga, o anunciante parecia disposto a negociar um preço qualquer para escapar do prejuízo total.

A presença de cearenses no Pará enfraqueceu de fato as redes de comércio de escravos. De um lado, a nova reserva de trabalhadores respondeu à carência por trabalho manual. De outro, que consideramos mais importante, o aumento populacional e de circulação de pessoas colocou em xeque a frágil capacidade de gerência por parte das forças policiais. Fato que deve ter sido percebido pelos negros paraenses, uma vez que, com a intensificação da chegada de retirantes, percebemos também um recrudescimento da fuga de escravos, pelo menos se levarmos em conta os anúncios que perseguiram negros em fuga, publicados no Jornal *A Constituição*, durante 1878.

Qual o destino dos fujões paraenses? Além dos mocambos espalhados por pântanos, rios e florestas da Amazônia, um dos paradeiros era justamente a *Colônia Benevides*: "*Na onda Abolicionista do Pará, os fugitivos escravos foram buscar proteção – entre outros lugares – na colônia Benevides, junto com colonos cearenses*".⁴³

CONCLUSÃO

Gilberto Freyre, em trabalho pioneiro a respeito da utilização de anúncios de escravos como fonte de pesquisa, argumentou que os escravos do Norte açucareiro tinham uma visão bastante negativa em relação ao Maranhão e

ao Pará. O sociólogo supôs que “*nos engenhos de Pernambuco e Bahia o escravo fosse tratado melhor que no Maranhão e mesmo nas fazendas e nas minas do Sul. Daí terem ficado tradicionais as ameaças dos senhores pernambucanos: mando-te para o Pará*”.⁴⁴

Apresentamos até aqui outra imagem que se contrapõe à visão projetada pelo autor de Casa Grande e Senzala. Seu esforço consistia em reforçar a centralidade da sociedade patriarcal e o caráter menos rígido do escravismo em engenhos do Norte agrário e açucareiro. Assim, acabou descaracterizando outros destinos na construção de seus argumentos.

Desta forma, entendemos que São Luís, Belém, Macapá; as margens do Rio Trombetas, do Turiaçu e do Gurupi; as fronteiras e os mocambos floresta adentro foram destinos interessantes para aqueles que remavam contra a corrente do comércio de escravos e da manutenção do poderio senhorial.

Em Macapá, “*durante a noite, já mais em noites de festas, costumavam os escravos fugidos virem a cidade, e consta que até comerciavam*”.⁴⁵ A presença indesejável de escravos e trabalhadores pobres livres, também era motivo para o descontentamento das elites em Belém, onde: “*Homens, mulheres, escravos e vagabundos juntavam-se nas esquinas até altas horas da noite, perturbando com algazarras a tranquilidade pública*”.⁴⁶ Ainda em 1875, o presidente de Província do Pará, Sá e Benevides, lamentava a existência de mais de 500 negros fugidos nos mocambos do Rio Trombetas e Curuá.⁴⁷

Consideramos que a grande circulação de retirantes, ocorrida a partir de 1877, contribuiu para o fortalecimento de *campos negros* na Amazônia. Os deslocamentos e a presença de migrantes, muitos deles mestiços, possibilitaram disfarces em momentos de fuga; alianças, em alguns casos, afetivas entre retirantes e escravos, dificultaram o controle social por parte de forças policiais e criaram espaços onde o movimento abolicionista na Amazônia se fortaleceu. *Benevides* foi a primeira localidade do Pará, onde, ainda em 1884, houve a emancipação de todos seus escravos. Lá, negros fugidos do Ceará, Maranhão e Pará recebiam “coute” de migrantes. Foi alvo de muitas diligências policiais, um obstáculo claro à manutenção da ordem e *Zona de Contato* em que experiências de negros e retirantes convergiam. Estes são alguns aspectos que não foram captados pelas lentes de Freyre e outros pesquisadores.

Retomando à ideia de *crioulização*, alertamos que “os elementos culturais colocados em presença uns dos outros devem ser obrigatoriamente “equivalentes em valor” para que essa *crioulização* se efetue realmente”.⁴⁸ Consideramos que a condição de despossuído foi o fio condutor que permitiu as mediações culturais entre migrantes e escravos. Viver sem liberdade ou com suas limitações e sem terra foi a situação que permitiu a simetria cultural fora dos cânones do projeto civilizatório em curso. Autoridades policiais, feitores, gerentes, fazendeiros, grandes comerciantes foram em muitos casos o inimigo comum que tiveram de enfrentar.

Contudo, não defendemos uma visão idealizada das experiências de migração, alçando o migrante cearense à condição de herói. Sabemos que, além dos contatos de solidariedade, muitos deles estavam sendo incorporados às forças do poder, seja através do recrutamento das forças policiais ou potentes locais.

Por fim, esperamos estar contribuindo para o debate sobre as migrações entre as Províncias do Norte e formas de resistência de trabalhadores pobres, livres e escravos às hierarquias impostas pela ordem imperial. Leitura que buscamos demonstrar ao dar visibilidades aos “campos crioulos”, *Zonas de Contato* criadas por retirantes e escravos, e que devem ser analisados para aprofundar o entendimento do combate ao escravismo no Ceará, Maranhão e Pará. Nesta visão, a própria abolição precoce do Ceará deixa de ser vista como ato benevolente por parte de ilustrados, e passa a ser considerada a luta de negros e mestiços em direção às matas e rios do Norte, para fugir do cativeiro e da concentração de poder nas mãos de elites que vestiam, assim com ainda vestem, máscaras brancas e europeias. Negando e silenciando nossas matrizes indígenas e africanas.

NOTAS

* Edson Lima Barbosa é doutorando em História Social.
E-mail: edsonludd@hotmail.com

¹ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990

² GOMES, Flavio. *A Hidra e os Pântanos: Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil. (séculos XVIII-XIX)*. São Paulo: Unesp, 2005.

³ GLISSANT, Édouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005 p. 16.

⁴ Durante o Império havia outra referência de divisão geográfica, as unidades da Bahia, à fronteira com a Guiana Francesa, eram identificadas como *Províncias do Norte*, as demais, à fronteira com o Uruguai, seriam as *Províncias do Sul*. Além disso, o Ceará desde o período colonial teve ligação significativa com as antigas capitanias situadas a Oeste, especialmente Maranhão e o Pará. A região Nordeste, enquanto unidade geográfica, surgiu oficialmente na década de 1950, embora suas bases estivessem lançadas desde a seca de 1877 (ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. "Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do nordeste." In: *Revista Brasileira de História* Vol. 14, nº28. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994. p. 111-120), quando elites agrárias afetadas pela estiagem forjaram discurso comum na intenção de conseguir recursos financeiros para as Províncias do Norte seco (Bahia à parte do Maranhão), prática que no futuro iria gerar a chamada indústria da seca. O Maranhão situa-se na fronteira da nova divisão regional, pois embora oficialmente faça parte da Região Nordeste, também possuiu características comuns com Províncias do "Norte molhado" que, no último quartel do século XIX, passou a ser identificado por Amazônia.

⁵ GLISSANT, *op. cit.* 2005, p. 22.

⁶ Antônio Bezerra de Menezes, jornalista, abolicionista e membro de diversos clubes literários e científicos no Ceará. Em seus estudos para localizar a gênese do povo cearense, chega a atribuir o zelo pela liberdade e a disposição constante para novas viagens à presença do "sangue cigano". Os Ciganos a que se refere foram degredados portugueses que acabaram se miscigenando com a população indígena no início do século XVIII. BEZERRA, Antônio. *O Ceará e os Cearenses*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001 (Fac-Símile da 2ª edição de 1906). Apesar de interessante, sua articulação é complicada, pois, pensa não em termos de trocas culturais, mas da transmissão de comportamentos, costumes e índoles através da genética, ou atavismo, visão comum entre cientistas e intelectuais do final do século XIX. Ainda ignora, assim como muitos de sua geração, a presença africana e de seus descendentes na formação da população do Ceará e pensa "os cearenses" como errantes, mais por sua carga genética que pela jaula cultural em que estiveram inseridos, repleta de hierarquias e conflitos sociais.

⁷ CHALHOUB, S. *op. cit.* 1990, p. 43.

⁸ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004, p. 102-106.

⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império. 1871-1889*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 54.

¹⁰ CHALHOUB, S. *op. cit.*, 1990, p. 58.

¹¹ GOMES, Flávio. “Entre Fronteiras e sem limites: espaços transnacionais e comunidades de fugitivos no Grão-Pará e na Guiana Francesa (Séculos XVIII e XIX). In: *Trânsitos Coloniais*. Campinas: Unicamp, 2007. p. 187- 217.

¹² Flávio Gomes, ao trazer alianças praticadas por comunidades de fugitivos critica a ideia que os quilombos eram completamente isolados. A formação de um *campo negro* seria a expressão de alianças, mesmo que pontuais em alguns casos, entre comunidades de negros e a sociedade envolvente: taberneiros, comerciantes, pequenos lavradores, índios e desertores. GOMES, Flávio. “Quilombos no Rio de Janeiro do século XIX”. IN: REIS, João José; GOMES, Flávio. (Org.). *A liberdade por um fio: história de quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, v. 1, p. 263-291.

¹³ Mary Louise Pratt articula o conceito de *transculturização*, compreendida como a forma que “os grupos culturais subordinados ou marginais selecionam e invertem a partir de materiais a eles transmitidos por uma cultura dominante ou metropolitana.” Prática que permite articular *Zonas de Contato*: “espaços de encontros coloniais, no qual pessoas geográficas e historicamente separadas entram em contato umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada”. PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturização*. Bauru: Edusc, 1999 p. 30-31.

¹⁴ Todos os dados populacionais a que nos referimos encontram-se no censo de 1872 e podem ser consultados no site do IBGE através do endereço eletrônico: <http://biblioteca.ibge.gov.br/> Há o panorama do Império e os dados de cada Província, o quadro geral da Província do Ceará está na p. 172, do Maranhão na p. 157 e referente ao Pará na p. 211. (Acesso em janeiro de 2011).

¹⁵ Dados da tabela seguem os estudos de Rodolfo Teófilo, farmacêutico, cronista, membro correspondente do IHGB e de diversas academias literárias do Ceará. Em 1883, publicou a primeira edição de *História da Seca do Ceará de 1877-1880*, elaborada a partir de documentos do período da seca: jornais, relatórios provinciais e policiais. Obra que lhe garantiu ingresso no IHGB. TEÓFILO, Rodolfo. *História da Secca do Ceará (1878-1880)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

¹⁶ TEÓFILO, *op. cit.* 1922, p. 250.

¹⁷ NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História – Saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000. p. 27.

¹⁸ TEÓFILO, *op. cit.* 1922, p. 256.

¹⁹ FUNES, Euripedes. “Negros no Ceará.” In: *Uma nova História do Ceará. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha*, 2000. p. 103-132, p. 127.

²⁰ Biblioteca Pública Menezes Pimentel/CE. Setor de Microfilmagem. Rolo: 84. *Jornal Cearense*. Fortaleza. Edição nº 63. 29/07/1877. Anúncios. p. 05

²¹ Biblioteca Nacional. Setor de obras raras. Localização do rolo: PR SOR 00885. *Jornal O Retirante*. Fortaleza. Edição nº 22. 21/11/1877. p.04.

²² SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato e branco e negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

²³ SÁ, Iracema de Jesus Franco de. *A imigração de cearenses no Maranhão (1877-1879)*. São Luís: UFMA, 1997 (Monografia de graduação), p. 56-59.

- ²⁴ JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. *Laços & enlaços relações de intimidade de sujeitos escravizados. São Luís – Séc. XIX*. São Luís: EDUFMA, 2008 p. 180-190.
- ²⁵ Biblioteca Nacional. Setor: Referência e Periódicos. Localização do rolo: PR-SPR 00169. Jornal *Diário do Maranhão*. São Luís. Edição nº 1624. 08/01/1979. Seção de Anúncios. “negrinha fugida.” p. 4.
- ²⁶ Localizada aproximadamente 30 quilômetros de Belém, na estrada de Bragança, foi fundada em 1875, com objetivo de atrair imigrantes europeus e garantir o abastecimento alimentar da Capital. Como o número de europeus foi bastante reduzido, o projeto foi praticamente abandonado até as migrações de 1877. Retirantes passaram a ser direcionados para Benevides, em 1879, já havia mais de 9 mil colonos, número que só veio a aumentar em seguida com a construção da estrada de ferro de Bragança, originando diversos municípios na região bragantina, onde podemos destacar Benevides e Santa Izabel.
- ²⁷ APEM - Arquivo Público do Estado do Maranhão. Setor de documentos avulsos. Fundo: Secretaria de Polícia. Série: Correspondências dos Delegados de Polícia dirigidas ao Chefe de Polícia da Província do Maranhão. 1877. *Ofício do Delegado de Polícia de Caxias ao Chefe de Polícia*. Caxias/MA, 22/09/1877.
- ²⁸ APEM - Setor de Documentos Avulsos. Fundo: Secretaria de Polícia. Série: Delegacias de Polícia – autos de perguntas. *Nº de ordem: 45. Auto de perguntas feitas a Joaquim Antonio da Silva*. São Luís, 16/12/1879.
- ²⁹ APEM. Setor de Códices. Livro 2039 – *Minutas da correspondência do Chefe de Polícia com Delegados e Subdelegados da Província*. São Luís. Ano 1878.p. 179. Ofício 423.
- ³⁰ Biblioteca Pública Benedito Leite/MA. Setor de Microfilmes. Rolo: 194. Jornal *O Paiz*. São Luís. Edição nº194, 28/08/1878. Noticiário. “Captura”. p. 02; APEC - Arquivo Publico do Ceará - APEC. Fundo: Secretaria de Polícia da Província do Ceará. Série: Ofícios recebidos de outras Províncias. Caixa 16 (Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Amazonas, Goiás e Maranhão). *Nº 56, Ofício do Chefe de Polícia do Maranhão dirigido ao Chefe de Polícia do Ceará*. São Luís, 28 de agosto de 1878 (Anexo copia do Auto de Perguntas feitas ao escravo *Isídio*, São Luís do Maranhão 27 de agosto de 1878).
- ³¹ APEM - Setor de documentos Avulsos. Fundo: Secretaria de Polícia. Série: Correspondência de Delegados de Polícia ao Chefe de Polícia do Maranhão. *Ofício do Delegado de Polícia da comarca de Tury-assu ao Delegado do Termo de Curupuru*, Turiçu, 06/07/1879.
- ³² ASSUNÇÃO, Mathias Röhring. “Quilombos maranhenses.” In: *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1996. p. 433-435.
- ³³ GOMES, *op. cit.* 2005, p. 229.
- ³⁴ *Idem*, p. 221.
- ³⁵ ARAÚJO, Maria Raymunda. (org). *A invasão do quilombo Limoeiro em 1878*. São Luís: SIOGE, 1992. p. 28-29.
- ³⁶ APEM – Setor de Códices. Instrumento: Inventários de Correspondências do Governo do Maranhão com diversas autoridades. Secretaria de Governo (1787-1913). Livro de minutas da correspondência do presidente da Província com diversas autoridades (sobre retirantes cearenses). 1878. Ofício do Presidente da

Província Graciliano Aristides do Prado Pimentel ao Capitão Feliciano Xavier Freire Junior. Palácio do governo do Maranhão, 28/05/1878.

³⁷ APEM – Setor de documentos Avulsos. Fundo: Secretaria de Governo. Subsérie: Colonos Cearenses. Ofícios da Colonia de Cearenses do Prado (Limoeiro) para o Presidente da Província do Maranhão. 1878. Ofício do capitão Feliciano Xavier Freire Junior ao Presidente Graciliano Aristides Prado Pimentel. Viseu/PA, 06/07/1878.

³⁸ BPBL/MA. Setor de Microfilmes. Rolo: 194. Jornal O Paiz. São Luís. “Notas de minha viagem ao Limoeiro”. 1ª parte :Edição nº193, 27/08/1878. Publicações Geraes, p.02; 2ª parte: Edição nº195, 29/08/1878. Publicações Geraes, p. 01; 3ª parte: Edição nº 196, 30/08/1878. Publicações Geraes, p. 02

³⁹ APEM – Setor de documentos Avulsos. Fundo: Secretaria de Governo. Subsérie: Colonos Cearenses. Ofícios do diretor da Colônia ao Pres. da Província do Maranhão. 12/08/1878; 07/01/1879 e 01/06/1879.

⁴⁰ BEZERRA NETO, José Maia. “Mercado, conflitos e controle social. Aspectos da escravidão negra em Belém (1860-1888).” História e perspectiva. Nº41. Uberlândia: UFU, 2009. p. 271.

⁴¹ Arquivo Público do Estado do Pará – APEP. Fundo: Segurança Pública. Séries: Ofícios – Secretaria de Polícia das Províncias. Ano: 1880. *Ofício nº 12. Chefe de Polícia do Ceará dirigido ao Chefe de Polícia do Pará.* Fortaleza, 20 de março de 1880.

⁴² Biblioteca Nacional. Setor: Referência e Periódicos. Localização do rolo: PR-SPR 00562. *Jornal A Constituição.* Belém, Anuncios. p. 03. Edição nº 189. 24/08/1878.

⁴³ GOMES, Flávio dos Santos. “Quilombos, História e as intervenções da Liberdade e do Cativoiro”. In: *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas.* Vol. 12, nº1/2. Belém: UFPA,1993. p. 112)

⁴⁴ FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX.* São Paulo: Global, 2010. p. 109.

⁴⁵ A Constituição. Belém. Edição nº 124. 04/06/1878. A Pedido. p. 02.

⁴⁶ A Constituição. Belém. Edição nº 43. 21/02/1879. Gazetilha. p. 01.

⁴⁷ Relatório apresentado ao exm. Senr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides pelo exm. Senr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, por ocasião de passa-lhe a administração da Província do Pará, no dia 17 de janeiro de 1875. Pará: Typografia F. C. Rhossar, 1875. p. 62

⁴⁸ GLISSANT, *op. cit.* 2005, p. 21.